

Sumário

Editorial..... 9

DOCTRINA

ARTIGOS

El Derecho Administrativo ante la crisis (El Derecho Administrativo Social)

| | |
|---|----|
| Jaime Rodríguez-Arana Muñoz | 13 |
| 1 Introducción..... | 13 |
| 2 La dimensión social del Derecho Administrativo | 15 |
| 3 Derecho Administrativo y dignidad del ser humano..... | 23 |
| 4 Referencias | 36 |

Estado Constitucional de Derecho y servicios públicos

| | |
|--|----|
| Augusto Durán Martínez | 39 |
| I Estado Constitucional de Derecho | 39 |
| II Servicios públicos | 45 |
| III Derechos de los usuarios | 51 |
| IV Unidades reguladoras..... | 56 |
| V Apreciaciones finales | 58 |
| Bibliografía | 59 |

A democracia interna dos partidos políticos como premissa da autenticidade democrática

| | |
|--|----|
| Eneida Desiree Salgado, Alejandro Pérez Hualde | 63 |
| 1 A democracia e a vontade popular..... | 63 |
| 2 O partido político democrático..... | 68 |
| 3 A função constitucional dos partidos políticos na Argentina e no Brasil..... | 70 |
| 4 Os dirigentes partidários e a alternância de poder | 75 |
| 5 Reflexões sobre o estado das coisas | 79 |
| Referências | 81 |

Autonomia delle Università: studio comparativo tra l'ordinamento giuridico brasiliano e quello italiano

| | |
|--|-----|
| Fabrizio Motta | 85 |
| 1 Introduzione | 85 |
| 2 Ragioni della scelta del tema, delimitazione dell'oggetto e sua importanza | 86 |
| 3 Diritto fondamentale all'istruzione: prospettiva comparata..... | 90 |
| 3.1 Diritti fondamentali nello Stato Costituzionale..... | 90 |
| 3.2 Diritto fondamentale all'istruzione | 96 |
| 4 L'autonomia universitaria..... | 101 |
| 4.1 L'autonomia universitaria nella Costituzione Italiana | 101 |
| 4.2 Autonomia universitaria nella Costituzione Brasileira | 120 |
| 5 Conclusioni | 125 |
| 6 Riferimenti bibliografici | 126 |

A nova lei anticorrupção e a importância do *compliance* para as empresas que se relacionam com a Administração Pública

| | |
|--|-----|
| Emerson Gabardo, Gabriel Morettini e Castella | 129 |
| 1 Introdução | 130 |
| 2 Apresentação do <i>compliance</i> | 134 |
| 3 Questões fundamentais nos programas de <i>compliance</i> | 135 |
| 4 O <i>compliance</i> e a Lei 12.846/2013 | 137 |
| 5 Os princípios da Administração Pública na aplicação do <i>compliance</i> | 141 |
| 6 Conclusão | 143 |
| Referências | 145 |

A quebra de sigilo bancário *post mortem* em inquérito policial: entre a proteção dos direitos fundamentais à intimidade e à privacidade e o interesse público de persecução penal

| | |
|---|-----|
| Daniel Wunder Hachem, Felipe Klein Gussoli | 149 |
| 1 Considerações iniciais | 150 |
| 2 O direito fundamental à inviolabilidade da intimidade e da privacidade como corolário do princípio da dignidade da pessoa humana | 151 |
| 3 O sigilo bancário e fiscal como elemento integrante do direito fundamental à inviolabilidade da intimidade e da privacidade | 154 |
| 4 A proteção da intimidade e da privacidade da pessoa para além da vida: legitimidade dos familiares para reivindicar a tutela da memória do <i>de cuius</i> | 160 |
| 5 A quebra do sigilo bancário como restrição a direito fundamental sujeita à observância do princípio da proporcionalidade | 165 |
| 6 A aplicação do princípio da proporcionalidade no caso de colisão entre o interesse público de persecução penal e o direito da família à proteção da intimidade e da memória do falecido | 168 |
| 7 Conclusão | 172 |
| Referências | 175 |

O judicial e o extrajudicial: Ministério Público e direito à saúde no Brasil

| | |
|---|-----|
| Felipe Asensi, Adriana Aida, Daniela Dias, Arnaldo Ferreira, João Barcelos, Renata Sallum, Luiza Cattley, Patrick Szklarz, Vanderson Maçullo | 179 |
| I Introdução | 180 |
| II Estratégia metodológica | 181 |
| III Estratégias e políticas do MP para a saúde | 182 |
| 3.1 Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDES) | 182 |
| 3.2 Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde (AMPASA) | 184 |
| 3.3 Promotorias de Tutela Coletiva | 184 |
| 3.4 Centros de Apoio Operacional | 185 |
| IV Judicialização e juridicização da saúde | 187 |
| V O MP para além do processo judicial | 195 |
| VI Considerações finais | 203 |
| Referências | 204 |

Legitimidade política e compatibilidade constitucional: a recepção pelos juristas das propostas de assembleia constituinte exclusiva para alterar o sistema político

| | |
|--|-----|
| Alexandre Araújo Costa, Eduardo Borges Araújo | 207 |
| 1 Introdução | 208 |
| 2 Estratégias de implementação da reforma política | 213 |
| 3 Teoria liberal do poder constituinte | 217 |

| | | |
|---|---|-----|
| 4 | A crítica ao “processo constituinte específico” | 221 |
| 5 | Poder Constituinte ilimitado | 229 |
| 6 | Considerações finais..... | 235 |
| | Referências | 238 |

A aplicação do regime diferenciado de contratações (RDC) aos megaeventos no Direito Administrativo contemporâneo

| | |
|---|-----|
| Lucas do Monte Silva, Patrícia Borba Vilar Guimarães | 243 |
| 1 Introdução..... | 243 |
| 2 A mudança paradigmática do Direito Administrativo: os avanços do Direito Administrativo contemporâneo | 245 |
| 3 Análise do Regime Diferenciado de Contratações | 252 |
| 3.1 A contratação integrada..... | 254 |
| 3.2 A remuneração variável | 260 |
| 3.3 A inversão de fases do procedimento licitatório..... | 262 |
| 3.4 O sigilo inicial do orçamento | 264 |
| 4 Experiência da utilização do RDC: casos concretos da Infraero | 268 |
| 5 Considerações finais..... | 273 |
| Referências | 275 |

A responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades em Portugal. Um exemplo a ser seguido

| | |
|--|-----|
| Camila Silva de Amorim | 279 |
| 1 Introdução..... | 279 |
| 2 Noções gerais sobre responsabilidade civil extracontratual e responsabilidade civil extracontratual do Estado | 280 |
| 2.1 Gestão pública <i>versus</i> gestão privada..... | 283 |
| 2.2 A responsabilidade objetiva | 287 |
| 3 A Lei nº 67/2007 de 31 de dezembro | 288 |
| 3.1 Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa..... | 289 |
| 3.2 Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional..... | 293 |
| 3.3 Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função político-legislativa..... | 296 |
| 3.4 As indenizações compensatórias pelo exercício de atuações administrativas lícitas ou em estado de necessidade. Indenização pelo sacrifício | 297 |
| 4 Tribunal competente para a instauração do processo comum..... | 298 |
| 5 Jurisprudência sobre o tema | 299 |
| 6 Considerações finais..... | 303 |
| Referências | 304 |

| | |
|---------------------------------|-----|
| INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES..... | 307 |
|---------------------------------|-----|